

SORIANO NETO

DISCURSO À MOCIDADE

Discurso de parainfo pronunciado
de improviso, no Teatro Santa Isabel,
no ato da colação do grau dos ba-
charéis da Faculdade de Direito da
Universidade do Recife, em 16 de
dezembro de 1955.

1 9 5 6

IMPrensa UNIVERSITÁRIA

F34003
5714d



SORIANO NETO

DISCURSO À MOCIDADE

Discurso de paraninfo pronunciado
de improviso, no Teatro Santa Isabel,
no ato da colação do grau dos ba-
chareis da Faculdade de Direito da
Universidade do Recife, em 16 de
dezembro de 1955.

1 9 5 6

JK.

U. F. Pe. FAC. DE DIREITO BIBLIOTECA	
16	29.12.88

Meus queridos discípulos:

Bem posso imaginar, remontando um pouco ao passado, a ansiedade, o alvoroço, a inquietude, o ardor com que, nos cinco anos do vosso curso acadêmico, desejastes e esperastes esta hora venturosa, na qual, por entre as fulgurações e os esplendores desta solenidade incomparável, corações palpitantes, almas em frêmito, espíritos ardentes, realizais o supremo sonho da vossa adolescência.

Devo, neste instante, começar por vos fazer, lealmente, uma confissão de homem chegado à maturidade sem haver logrado aprender, com insignes e respeitáveis mestres da vida, a arte proveitosa de fingir e enganar, — a de que toda a intensidade da alegria, que se expande nas vossas almas juvenis, flameja nos vossos olhos cintilantes e se dirige para mim em comovente irradiação sentimental, desgraçadamente não pode encontrar, no meu estado de espírito de mestre de direito, amargurado pela dura e melancólica realidade, — de eclipse da ordem jurídica nacional, — a ressonância por mim próprio ardentemente querida.

Não é d'agora, contudo, o meu desencanto da vida política brasileira, em que ingressei sob a inspiração do ideal da restauração do sistema constitucional democrático, e de que me afastei após a eleição de 1950.

O processo dêsse desencanto, que se desenvolveu de 1945 a 1950, pode reconstituir-se, facilmente, pelos meus discursos de paraninfo de 1947 e 1951, cujas reflexões os acontecimentos políticos posteriores vieram confirmar cabalmente.

No discurso de 1951, salientei com uma clareza, que só os cégos não enxergaram, e um vigor, que espantou as al-



mas ingênuas, o enorme perigo, para a nossa democracia, da anulação ou destruição do poder político da elite e da entrega dos destinos do País à decisão eleitoral de u'a massa primitiva, instintiva, bárbara, analfabeta, fanatizada por vinte anos de propaganda oficial da ditadura em rádios e jornais, inteiramente alheia aos nossos angustiantes problemas políticos, morais, econômicos e financeiros, e, por conseguinte, incapaz de se mover conscientemente no campo político, para obter, mediante a avisada escolha de governantes esclarecidos e probos, as soluções adequadas para aqueles problemas.

Gerou, assim, a potência eleitoral da massa duas mazelas nefandas, que infeccionaram o organismo da Nação: a aventureira política populista de exploração de milhões de fanáticos e inconscientes e a ignóbil política de poderosos grupos financeiros apoiada na mais deslavada corrupção eleitoral de milhões de analfabetos e famintos.

Pensai um momento na indignação e revolta dramática dos verdadeiros patriotas, vendo, impotentes, saírem dessas mazelas horripilantes os detentores dos poderes políticos do País.

Essa calamidade monstruosa, que de logo pressenti e denunciei abertamente, avolumou-se de lá para cá, precipitando a decomposição moral da Nação, arrastando-a, às guinadas, para o caos político, econômico, financeiro, moral e social, e levando-a, afinal, ao 24 de agosto, lógica solução das grandes forças morais de resistência à corrupção e à desordem, então vitoriosas.

Não serviu, porém, essa lógica solução do 24 de agosto, para que dela se tirasse a sábia e fecunda lição, que aconselhava e impunha, entre outras medidas, imediata, séria e rigorosa reforma eleitoral, afim de que se eliminassem, definitivamente, aquelas mazelas, que gangrenavam a política brasileira.

Ao contrário, o que se viu é que tais mazelas continuaram, e se entenderam, e se deram as mãos, e se associaram para dominar, escravizar e explorar o Brasil; e, sob a ação patogênica dos seus germens nefastos, cada vez mais viru-

lentos, procederam-se, em 1954 e 1955, respectivamente, às eleições para a renovação do Congresso Nacional e para Presidente e Vice-Presidente da República.

As consequências dessas eleições já estão aí diante dos vossos olhos e dispensam comentários...

Não se deve, pois, estranhar que um teórico da ciência política, colocado acima das paixões do momento e só preocupado em investigar e verificar, cientificamente, as causas que determinam e produzem os fenômenos políticos, chame a vossa atenção para a circunstância de que, agora, em vez de um 24 de agosto, tenha irrompido, inesperadamente, um 11 de novembro, dois acontecimentos político-militares tão próximos entre si e tão antagônicos nas suas inspirações, nos seus fins e nos seus resultados, a cujo entrechoque estremece, atônito e perplexo, o observador, e se rompe, fragorosamente, o desenvolvimento lógico e harmonioso da nossa história político-militar.

Como quer que seja, porém, repete-se a história antiga. Realmente, como se parece o ano 44 antes de Cristo da Roma republicana agonizante, onde se agitam os Julios Cesares, os Cassius, os Brutus, os Marcos Antônio, os Otávios, com os anos de 1954 e 1955 da nossa Terceira República em frangalhos!

Se, egresso de rápida atividade na política partidária, de que guardo as recordações mais penosas, vos transmito essas reflexões, que me sugere o cotejo entre fatos políticos de épocas diversas, faço-o tão somente para vos mostrar que o meu abandono daquela atividade não significa, de modo nenhum, frieza e indiferença em face das dúvidas e inquietações que assaltam o País, traição a um passado de idealismo e de luta pelo direito e pela liberdade, de deserção ao cumprimento de indeclináveis deveres que me impõem a consciência jurídica e o amor à minha Pátria, infidelidade aos princípios superiores da minha formação intelectual e cívica.

Sabeis, seguramente, que o não é, como acabastes de exprimir tão generosamente, evocando o meu passado de homem público, no formoso discurso do vosso brilhante ora-

dor, Fernando de Vasconcelos Coêlho; porque senão o vosso idealismo e a vossa altivez de jovens cultores do direito não me teriam elevado, pela mais entusiástica, espontânea e enternecedora aclamação unânime, à honra insigne de ser vosso paraninfo.

O meu gesto de desencanto de 1950 resultou, ao revés, de dolorosa e demorada luta interior, através da qual se me formou a plena convicção de ser absolutamente inútil para o triunfo das ideias e dos princípios por que sempre pelejei, a minha permanência na vida partidária de um povo ainda não amadurecido cultural e politicamente, para realizar, na sua perfeição, o regimen democrático, e de que, no interesse mesmo da mocidade, muito mais vantajoso seria dedicar-me, completamente, à atividade universitária.

Com efeito, conheceis, como eu, o reflexo funesto e a nociva influência sôbre o ambiente universitário, particularmente sôbre o da nossa Escola, da política populista, que desencadeiou em todo o Brasil uma vaga pútrida de negociismo e corrupção.

Ao transpordes, em 1951, os umbrais da Faculdade de Direito, sentistes, imediatamente, a profunda crise moral e cultural que a minava, deslustrando-lhe as tradições, perturbando-lhe as atividades e ameaçando-lhe, seriamente, os dias porvindouros.

Coincidia, justamente, o meu afastamento da atividade política com o árduo encargo, que me confiaram ilustres companheiros, a principio sem carater oficial, de liderar o movimento renovador da nossa velha Casa, afim de a restituir ao posto, que sempre lhe coube na vida intelectual da Nação, de **prima inter pares** no ensino e na cultura do direito.

Nessa tarefa, a que me dei de todo o coração, enfrentando, firme e destemidamente, os empecilhos opostos pela incompreensão, a má fé, o despeito, o ódio, contei com a vossa leal e brava colaboração. Colaboração do vosso exemplo de ordem, disciplina e estudo das matérias do curso jurídico, sobretudo do direito civil, cadeira fundamental de decisiva importancia na formação científica de um verdadeiro jurista.

Recusastes, dignamente, a vossa solidariedade aos que, contrariando os mais altos interesses morais e culturais da Faculdade, resistiam, tenaz e sistematicamente, ao programa renovador da minha administração.

Jamais poderei esquecer a memorável noite de 14 de junho, agitada e pressága, sombria e carregada, anunciando a borrasca da inconsciência, da injustiça e da maldade.

Encarnando, momentâneamente, por força de um mandato sagrado, o nome, a reputação, a honra, as tradições e os destinos da mais gloriosa Faculdade de Direito do Brasil, aguardava, sereno e resoluto, a luta estéril, a que me obrigavam. E, disposto a arrostar, desassombradamente, a agitação, a não recuar ante a ameaça e a insolência, nem a transigir com o insulto e a infâmia, decidí, num impulso de dignidade, que bem compreendestes e apreciastes superiormente, dar-vos ampla liberdade, para tomardes, no conflito, a posição que entendesseis.

Meia hora depois da minha deliberação, encheistes o salão da Diretoria. Assomando à vossa dianteira, falou, em vosso nome, um jovem e bravo quintanista, para me manifestar publicamente, e na presença dos próprios empreiteiros da desordem, que vos espionavam, o vosso apoio, e insistir, calorosamente, para que fosse o vosso paraninfo.

Ainda ecoa no meu espírito a oração clara, direta, sincera, sem subterfúgios, nem reticências, do vosso admirável intérprete, Fernando Luiz da Câmara Cascudo.

Era a palavra da simpatia, da lealdade, da justiça, da dignidade e da bravura, que, na sua grande e impressionante eloquência, em momento tão grave da vida da Faculdade, se alteava e ressoava como uma convocação para a peleja em defesa das tradições de decência, elegância e fidalguia da sua mocidade.

Conquistastes, assim, com os aplausos de todos os que amam a nossa Escola e se interessam pela sua sorte, o título de turma da renovação. Não é um título como outros, revestidos de dourados metafóricos, alegóricos, com que muitos por aí fóra se têm enfeitado e empavonado. Sois, de feito, a

8190 F
340.07
S 2142
2

turma da renovação moral e cultural da Faculdade, porque dela participastes com a vossa conduta e o vosso trabalho intelectual,—nobre e belo modelo para as gerações vindouras.

Deixais, dêsse modo, a Faculdade com a auréola refulgente de uma reputação moral e intelectual, que vos augura os mais brilhantes triunfos na vida pública, que ides iniciar dentro em pouco. Pela vossa própria experiência, já vos capacitastes suficientemente, para dispensar conselhos e advertências, de que a decência no proceder, o justo julgamento dos atos humanos e o estudo sério e aprofundado enobrecem a vida do jurista, dignificam-lhe a personalidade e asseguram-lhe o êxito profissional.

Meus queridos amigos, quanto me custa deixar-vos partir.

Como é doloroso ver irem-se, assim, de uma vez, tantos companheiros de ideal, quando ainda não cessou a luta para o atingir na sua plenitude, e estanca, de súbito, a fonte de inspiração e de estímulo.

Mas, tendes de partir: é uma imposição da própria vida, a que se devem dobrar os mais puros sentimentos humanos. Parti, pois, para travardes novos combates e conquistardes outros ideais.

Quem sabe se não é esta a última vez que, da tribuna de parafinó, a cuja altura me trouxeram o vosso afeto e a vossa admiração, falo aos bachareis, que saem da nossa velha e querida mãe espiritual?

Quem sabe se estas palavras de despedida e de saudade, que brotam e jorram do coração, não encerram, também, a minha própria despedida desta tribuna universitária?

Talvez o destino vos tenha escolhido para recolherdes a minha última mensagem aos que se vão para a vida pública. Então podeis calcular e compreender como sinto o travo da tristeza e da amargura nesta hora crepuscular da despedida.

Na grandeza imensa da minha comoção, vejo-vos partir iluminados pelos raios fulgurantes do meu sol interior, felizes, deslumbrantemente felizes, a sorrir para a Vida.

